

A questão da segurança nacional reconsiderada¹

*Ivan Fialho**

A questão da segurança nacional no Brasil deve ser reconsiderada com base em novo paradigma das relações internacionais e do papel do Estado, decorrente do processo de globalização, com seus reflexos políticos, econômicos e sociais.

Esse paradigma, já estruturado há vários anos, sofreu significativo impacto a partir dos ataques terroristas aos EUA em 11 de setembro de 2001. A questão da segurança passou, então, a ser revalorizada para os países do G-7, projetando ainda mais os EUA como potência hegemônica militar e líder mundial na guerra contra o terrorismo, desencadeada em reação àquele episódio.

Nesse novo ambiente estratégico, a dimensão econômica da segurança nacional continua a ser, no entanto, preponderante para os países emergentes cujo entorno regional é pacífico, enquanto a dimensão militar não sofre grande variação, tendo em vista a

posição estrategicamente marginal desses países na luta internacional contra o terrorismo.

Esta situação torna ainda mais necessário, se bem que mais difícil, convencer à sociedade e, em particular, às elites políticas da importância da dimensão militar e da correspondente alocação de recursos para a defesa.

Procuraremos mostrar que o Ministério da Defesa (MD) e seu braço acadêmico, a ESG, devem adotar nova visão ampliada e multidisciplinar do conceito de segurança nacional, ao lado do novo papel do Estado, no que se refere ao planejamento da Defesa Nacional.

A abordagem do tema será teórica, sob a perspectiva principal dos países emergentes especialmente os da América do Sul.

Dimensões da Segurança Nacional

Apesar de a segurança nacional constituir-se num conceito integrado e sistêmico, envolvendo todas as expressões do poder nacional, generaliza-se a concordância de que, nesta era da globalização, a expressão economi-

*O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ESG.

ca tende a ser preponderante, condicionando fortemente a atuação do Estado na conquista dos objetivos nacionais.

Trata-se de nova visão da segurança no período pós-Guerra Fria e sob o advento da globalização. Assim, a segurança, que tinha forte conotação militar, passa a abranger outras necessidades correspondentes e novas estruturas relativas aos fatores econômicos e sociais, questões populacionais e ambientais, além da tecnologia.²

Desse modo, questões relativas à competição por mercados no cenário internacional; os rápidos movimentos do capital especulativo; os fluxos de investimentos das grandes empresas multinacionais; a premente dependência de capital estrangeiro para fechar a conta de transações correntes; os pesados serviços da dívida pública; os embates entre livre comércio e protecionismo, enfim, essas e outras questões econômicas e financeiras tendem cada vez mais a condicionar as relações internacionais, passando a se constituir no enfoque principal da política e da diplomacia, especialmente para os países emergentes.

A busca tanto da estabilidade econômica por meio de apropriada política fiscal quanto de maiores níveis de credibilidade no cenário internacional para atrair investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, evitar a fuga de capital passou a ser objetivo de governo fundamental e importante fator de segurança nacional, sob a nova visão ampliada. Isso porque a dependência de capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamen-

tos se tornou a mais grave vulnerabilidade estratégica dos países emergentes que apresentam desequilíbrio nas contas públicas, pelo risco da inadimplência financeira no mercado internacional, o que afetaria a credibilidade do País e realimentaria o círculo vicioso da dependência.

Essa situação de risco de instabilidade econômica e financeira não é apenas conjuntural; antes, apresenta certo caráter estrutural, dada a volatilidade do capital e a rápida propagação de crises financeiras entre países, além do pesado estoque da dívida pública acumulada ao longo de muitos anos. O desenvolvimento econômico forçosamente é afetado pela redução dos investimentos produtivos, o que gera estagnação, desemprego e deterioração da infra-estrutura viária e do parque industrial com graves reflexos negativos sobre a estabilidade política e social e, em consequência, sobre a segurança.

Essa breve análise é corroborada por Gilberto Dupas que no artigo "Armadilhas da Inserção Global", referindo-se à América Latina, afirma que "*os déficits comerciais causados pelo aumento excessivamente desproporcional das importações - mais o crescimento dos juros da dívida externa e da remessa de lucros - criaram um buraco estrutural crescente na balança de transações correntes desses países, tornando-os progressivamente reféns do investimento externo e mais expostos à volatilidade global*".³ (grifo nosso)

Na mesma linha, Antônio de Lacerda, ao abordar a questão do aumento do déficit ex-

² Ziba Moshaver - Palestra no II ENEE/USP, 1995 - "Estratégia das Potências Emergentes", publicada nos respectivos anais "Estratégia no novo cenário mundial", organizado por Braz Araújo-Naipe/USP.

³ Gilberto Dupas - Artigo "Armadilhas da Inserção Global". Jornal *O Estado de S. Paulo*, 5/5/01.

terno brasileiro, defende uma atitude mais proativa do Estado, porque *“é preciso agir para evitar que o aumento da vulnerabilidade externa não venha significar, em futuro próximo, ruptura da trajetória de crescimento da economia e inviabilizar nosso desenvolvimento.”*⁴ (grifo nosso)

Vemos, portanto, que, no quadro da globalização, a vulnerabilidade externa de ordem financeira, condicionando a estabilidade econômica, passa a representar a principal dimensão da segurança nacional para diversos países emergentes, inclusive o Brasil.

Essa visão mais elástica da segurança está de acordo com o enfoque do Ministro da Defesa Geraldo Quintão, para quem a criação do Ministério da Defesa *“tornou possível a abordagem mais abrangente e multidisciplinar das questões de defesa, cuja complexidade envolve atores extra-estatais, transcende fronteiras e perpassa, muitas vezes, o aspecto puramente militar”*.⁵

O Ministro da Defesa em outra passagem se refere *“às ameaças não ortodoxas, para as quais não se aplica resposta militar tradicional, como por exemplo, o crime organizado, o terrorismo cibernético e a instabilidade político-social”*. (grifo nosso)

Expressão econômica versus expressão militar do poder nacional

Nesse contexto de riscos e ameaças de natureza financeira, a expressão econômica se torna o foco principal da ação política do

Estado, especialmente se no âmbito regional prevalecer um clima de paz e harmonia entre os países vizinhos, pela ausência de ameaças militares ou de conflitos que gerem crises não administráveis diplomaticamente, a exemplo da América Latina.

Mesmo no âmbito mundial, segundo Rolf Kuntz, *“a força econômica é a fonte mais importante do poder nacional, não importa o que digam os professores, pesquisadores e especialistas treinados no dia a dia da política internacional”*. O jornalista se baseou numa enquete sobre o que fazia diferença no sistema mundial de poder, realizada em Davos, Suíça, em janeiro de 2001. Noventa pessoas debateram o tema sob coordenação do historiador Paul Kennedy e apontaram numa lista de cinco a força econômica como fator de maior peso na formação do poder nacional (59%), contra (16%) da capacidade e vontade de projetar o poderio militar, (9%) da autoridade moral e coesão política, (9%) do apelo cultural ideológico e (6%) da tecnologia avançada.⁶ Conforme será exposto, a seguir, essa realidade mudou para os países do G-7, após o Onze de Setembro de 2001.

Sob esse quadro, a diplomacia tende a valorizar mais a negociações econômicas e os acordos comerciais trabalhando em prol das exportações e da conquista de mercados, além da defesa dos interesses nacionais junto aos organismos internacionais, especialmente a Organização Mundial do Comércio. Assim que, nos Estados Unidos, segundo Joelmir Betting, o governo Bush *“passa a dar a corda*

⁴ Antônio C. de Lacerda - Artigo “O Aumento do Déficit Externo Brasileiro” - Jornal *O Estado de S. Paulo*.

⁵ Geraldo Magela da Cruz Quintão, Ministro da Defesa. Palestra Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro, proferida no Instituto Rio Branco, em 28 de agosto de 2000.

⁶ Reportagem de Rolf Kuntz, enviado especial a Davos - Jornal *O Estado de S. Paulo* - 31/1/2001.

toda à diplomacia norte-americana, no exato figurino nas políticas externas de matriz republicana. Com a novidade estratégica: a diplomacia econômica ganhará mais espaço na agenda do Departamento de Estado e abrirá uma janela na muralha do Conselho de Segurança Nacional”.⁷ Essa estratégia foi reajustada após o Onze de Setembro, em virtude da guerra permanente contra o terrorismo. De qualquer modo, a diplomacia econômica continua relevante.

No caso do Brasil, a já apontada vulnerabilidade às turbulências do mercado financeiro internacional e a maior valorização dos assuntos econômicos-financeiros nas relações internacionais foram comentadas pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, para quem “a nós e a outros países, afeta-nos mais o que diz a Moodys (Agencia de Consultoria Internacional) no rating financeiro. O FED (Banco Central dos Estados Unidos) e as taxas de juros nos atingem mais diretamente do que a ação do Departamento de Estado. A decisão de onde os fundos de pensão vão investir nos afeta mais do que o Pentágono”.⁸

A subvalorização das questões militares é explicada, no caso brasileiro (mas no nosso entender válido para outros países emergentes), por Eliezer Rizzo de Oliveira pela denominada “Teoria da Inexistência de Risco Iminente”. Segundo essa teoria, “o sistema político responderia a necessidades bem definidas. Se não exis-

tem pressões para o Governo Federal definir e implementar uma efetiva política militar, não há resposta nesta direção, a exemplo de um sistema político em interação com seu meio ambiente social. Não havendo ameaças ou se não são percebidas como tais, ela não se transforma em questões políticas; portanto não sensibilizam os partidos e os eleitores”⁹.

A propósito, para Antônio Carlos Pereira, cabe ao Governo (Presidente da República e Ministro da Defesa) definir claramente o que quer das Forças Armadas porque “em países como o Brasil, onde as questões de segurança são secundárias e raramente entram no debate público, não se pode esperar que a sociedade se manifeste sobre que Forças Armadas quer e para que”.¹⁰

Para o Ministro Quintão, “nas últimas décadas, a sociedade civil brasileira, amortecida por 130 anos sem conflito armado com os países vizinhos, sem contemplar inimigos evidentes e havendo vivenciado 25 anos de regime autoritário, perdeu o contato com o tema da defesa”. Desse modo, prossegue, “o monopólio que os militares exerceram por muito tempo sobre temas relacionados à segurança impediu a formação de uma cultura de defesa”.

Além da vulnerabilidade externa quanto à necessidade de investimentos diretos estrangeiros (IDE) para cobrir o déficit do balanço de pagamentos, o Brasil, à semelhança dos demais países emergentes, apresenta tam-

⁷ Joelmir Betting – Artigo – “Por uma Pax Americana”. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 21/1/2001.

⁸ Entrevista de Celso Lafer na véspera de sua posse como Ministro das Relações Exteriores, publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo* – 28/1/2001.

⁹ Eliezer Rizzo de Oliveira e Samuel Alves Soares – versão preliminar do documento “Forças Armadas, Direção Política e Formato Institucional” – apresentado no seminário “Democracia e Forças Armadas nos Países do Cone Sul”, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 26 e 27 de abril de 1999.

¹⁰ Geraldo Magela da Cruz Quintão, Ministro da Defesa. Palestra Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro, proferida no Instituto Rio Branco, em 28 de agosto de 2000.

bém importante vulnerabilidade interna de ordem socioeconômica derivada dos altos índices de desigualdade social e regional. Esta situação gera exclusão e marginalidade social, minando o senso de cidadania e os sentimentos de coesão e identidade nacional, fundamentais para a integridade de um sistema de defesa nacional, como já foi destacado pelo Ministro Quintão. Essa compatibilização entre a superação das dificuldades socioeconômicas internas e a credibilidade do aparato de defesa está ressaltada na Política e Defesa Nacional, quando estabelece que *“a implementação de uma política de defesa sustentável... depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais...”*¹¹

Novo Paradigma

Novos atores não estatais – as Organizações não Governamentais (ONG) – têm crescido de influência no cenário internacional em termos ligados à ecologia e ao ambiente, aos direitos humanos e à redução da pobreza e da desigualdade social. Integram uma verdadeira sociedade civil internacionalizada, dada a facilidade das telecomunicações e da Internet e que pressiona os países na defesa dos seus interesses e objetivos.

Por outro lado, no âmbito do processo de globalização, os países emergentes, ao implementarem suas estratégias nacionais, sofrem ainda fortes condicionamentos externos derivados da atuação das empresas multinacionais, dos grandes investidores de capital e dos orga-

nismos internacionais de financiamento e de controle do comércio exterior e do desenvolvimento de material de defesa.

Sob esse novo quadro, os estados-nação procuram balizar e administrar sua inserção no mundo globalizado com menores custos sociais e sacrifício, preservando uma margem razoável de autonomia para tomada de decisões estratégicas. Desse modo, cabe ao Estado definir um projeto próprio de desenvolvimento nacional, o que implica a existência de vontade política para efetuar as reformas necessárias, fortalecer as instituições e superar deficiências estruturais visando ao bem comum.

Para contrabalançar os efeitos da globalização, os Países, em especial os emergentes, buscam a regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos e políticos, visando à defesa dos interesses nacionais comuns. Dá-se uma relativização do conceito ou, pelo menos, do exercício da soberania nacional, em benefício da convergência política e estratégica e da defesa dos interesses do bloco. Conforma-se, assim, novo paradigma para o planejamento político-estratégico de cada estado-nação o qual sofre maiores condicionamentos e limites de origem externa.

Gera-se, por outro lado, a necessidade de modernização ou de reconstrução do Estado. Tarefa fundamental, em que o Estado, em sintonia com a nação, desenvolve um projeto nacional sob uma legítima concepção político-estratégica que oriente as decisões governamentais visando à conquista e à manutenção dos interesses e dos objetivos nacionais. Política e estratégia de Estado que balizem a vida nacio-

¹¹ Almirante Mário César Flores – Artigo “Destino Histórico”. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 1/5/2001.

nal sob um horizonte de tempo maior, mas “com a flexibilidade capaz de permitir pequenos ajustes em função da rotatividade democrática, conforme o Almirante Flores”.

É compreensível, portanto, que, nesse contexto, o desenvolvimento, ao lado da dimensão econômica, seja preponderante em relação à dimensão militar.

Quanto aos países do G-7, principalmente os EUA, os ataques terroristas de 11 de setembro deram origem a um novo quadro em que a segurança passou a preponderar, com a dimensão militar sobrepondo-se à econômica. A luta contra o terrorismo em nível mundial, capitaneada pelos EUA, representa verdadeiro estado de guerra permanente, descharacterizando a clara distinção anterior entre guerra e paz. Questões militares tornam-se prioritárias e passam a condicionar a estratégia dos Estados Unidos e de seus aliados.

Nessa situação, ao se valorizar a segurança, fortalece-se o Estado, contrabalançando o seu enfraquecimento e desprestígio provocados pelo processo da globalização.

A propósito, o Presidente Fernando Henrique ao discursar na 43ª Assembléia de Governadores do BID, fez referência à agenda de segurança adotada depois dos atentados terroristas contra os Estados Unidos, a qual não pôde abafar os anseios de desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos que dependem do comércio para crescer.¹²

O Embaixador Rubens Ricúpero, por sua vez, referindo-se ao pós-11 de setembro, afirma que “o atual momento histórico está marcado por três características: volta do predomínio do político sobre o econômico, volta do poder do Estado sobre os mercados e terceiro, os realinhamentos em curso obedecem não à lógica dos mercados, mas à lógica do que Oliveiros (Oliveiros S. Ferreira) denomina de Grande Estratégia”.¹³

A Segurança no Brasil

Partindo de um conceito ampliado de segurança que ultrapassa a dicotomia clássica segurança x desenvolvimento podemos afirmar que a principal razão de insegurança e que se constitui, por isso, numa vulnerabilidade estratégica do País é a dependência do capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamentos, o que condiciona, decisivamente, o desenvolvimento e a estabilidade econômica e política.

Por outro lado, a volatilidade do capital especulativo expõe o País a riscos de crises financeiras com todas as suas conseqüências políticas, econômicas e sociais, conforme exemplo atual da Argentina, além das crises nos últimos anos no México, na Rússia, nos Tigres Asiáticos e aqui mesmo, no Brasil, em 1999.

Trata-se de uma situação de forte caráter estrutural cuja solução exige planejamento e mudanças de longo prazo, apesar de alta sensibilidade a acontecimentos conjunturais.

Desse modo, torna-se questão de Estado e não apenas de governos a busca, numa primeira fase, do fortalecimento das instituições políticas e econômicas e do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, além da redução da pobreza e das desigualdades sociais, tudo

¹² Editorial “Dura Crítica ao FMI e aos EUA” - Jornal *O Estado de S. Paulo*, 13 mar., 2002.

¹³ Citação da orelha do livro *A Crise da Política Externa - Autonomia ou Subordinação*, de Oliveiros S. Ferreira, Ed. Revan.

visando a criar um clima de estabilidade política, jurídica e social, de modo a poder atrair investimentos externos de capital, de forma regular e compatível. Estaria assim afastado o risco de crises financeiras e a dependência de ajuda externa, principalmente dos EUA e do FMI. Numa segunda fase, buscar-se-ia elaborar e implementar um projeto nacional de desenvolvimento que fortalecesse o mercado interno e permitisse elevar a poupança interna, de modo a neutralizar progressivamente a vulnerabilidade financeira externa, levando o País a deixar a condição de “economia subordinada e dependente da aprovação e da boa vontade do capital externo”, nas palavras de Rolf Kuntz.

A segurança nacional em sua acepção ampliada ficaria, portanto, fortalecida.

Como sensibilizar, portanto, as elites políticas e a sociedade da importância da dimensão militar da segurança que, apesar de não ser prioritária, precisa ser considerada de modo a permitir ao País dispor de um Sistema de Defesa Nacional compatível?

O segmento militar precisa compreender que, no atual momento histórico, o País deve neutralizar as principais vulnerabilidades estratégicas de ordem financeira e econômica, o que passa a representar os objetivos de governo prioritários. No entanto, esse esforço visa, também, à segurança nacional, sob um conceito ampliado e atualizado. A defesa, representando a dimensão militar da segurança, estaria, desse modo, num segundo plano. Isso poderia ser encarado como uma decisão política racional, não só de governos, como, sobretudo, de Estado, desde que, realmente, fosse uma opção estratégica sob risco calculado. Na verdade, representa, no entanto, omis-

são e falta de preocupação com temas estratégicos, conforme já comentamos.

O principal obstáculo reside na concepção tradicional de se associar à defesa nacional ameaças externas e concretas à soberania, especialmente no que se refere à integridade territorial. Por outro lado, constituindo-se a América do Sul numa região pouco militarizada e pacífica, conforme visão do Itamarati, onde existe “um verdadeiro anel de paz em torno do País”, de acordo com a Política de Defesa Nacional, é bastante explicável que a sociedade questione a validade dos gastos de defesa e até da própria existência das Forças Armadas. Daí, inclusive, que se deriva o clamor de emprego dos militares na segurança pública ou em outras atividades subsidiárias de múltiplas naturezas.

Tendo-se superado, parcialmente, o sentimento de revanchismo contra os militares, associado à rejeição do termo segurança nacional (praticamente suprimido da Constituição de 1988), já há espaço na *intelligentsia* brasileira para se discutir de forma madura e racional a questão da segurança nacional. (A conotação afetiva e negativa do termo ainda resiste, no entanto, como mostra o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 de maio de 2001, quando se refere “à famigerada lei de segurança nacional que, por motivos mais do que sabidos, se tornou indissociável do autoritarismo militar que submeteu a sociedade brasileira durante muitos anos”. E prossegue afirmando que “era preciso de fato livrar o ordenamento jurídico dessa desgastada expressão - segurança nacional.) O fortalecimento democrático do País, ao lado da profissionalização das Forças Armadas e decorrente supremacia do poder civil, concorre para que o conceito de segurança nacional seja tratado de forma

desarmada e desapaixonada como ocorre nos países mais desenvolvidos.

A sensibilização do Congresso quanto às questões de segurança e defesa é uma tarefa não muito fácil, dado o desinteresse dos parlamentares em relação a esse e a outros temas estratégicos. Pela mesma razão essa questão tem de ser de iniciativa do Executivo, como aliás tem acontecido. Ainda segundo Rolf Kuntz, "*políticas de Estado e grandes questões de interesse nacional foram quase sempre, desde antes da República, formuladas pelo Poder Central (Executivo)*".¹⁴

Acrescentamos que, no âmbito do Executivo em se tratando de questões de segurança e defesa, a iniciativa quanto à elaboração de políticas e estratégias deve ser das Forças Armadas, sob coordenação do Ministério da Defesa, dado o alheamento do Governo a esse tema. Na verdade, as únicas exceções a esse histórico distanciamento de temas estratégicos de segurança e de defesa, de parte do Governo, foram a iniciativa do Presidente da República de determinar a elaboração da Política da Defesa Nacional em 1996 e a criação posterior do Ministério da Defesa.

Em primeiro lugar, o Ministério da Defesa junto com as Forças Armadas "deve fazer a lição de casa". Isto é, efetuar um planejamento estratégico de defesa nacional próprio de uma potência média na ausência de ameaças concretas e definidas. Atualizar a concepção estratégica de defesa que enfatizava a continentalidade, a defesa das fronteiras terrestres, a guerra na Bacia do Prata e, em conseqüência, sobrevalorizava o poder militar terrestre. Reavaliar a maritimidade, a defesa das águas territoriais e das fronteiras marítimas, desse modo

revalorizando o poder naval. Reconsiderar a estratégia da Presença, aplicada pelo Exército, que cumpriu significativo papel histórico na ocupação do território e na preservação da unidade social, mas que precisa ser reajustada aos tempos atuais e futuros (na Amazônia, no entanto, continua a ser fundamental). Organizar e articular forças militares baseadas em capacidades e não mais em ameaças, redimensionando os efetivos e balanceando a força ativa com o componente da reserva, seguindo a tendência dos principais países.

Esses estudos e medidas resultariam num plano de reestruturação do poder militar a ser implementado em 10 ou 15 anos, o que fundamentaria melhor a demanda por recursos orçamentários.

Desse modo, amparado em argumentos de relação custo-benefício, os gastos de defesa seriam mais racionalmente justificados e aceitos em nível de Governo e de Congresso.

Esse plano de reestruturação do poder militar visaria montar um sistema de defesa nacional compatível e adaptado ao novo cenário internacional e principalmente regional, largamente discutido junto à sociedade, de modo a tornar-se um projeto nacional, e não apenas dos militares. A ESG poderia ter grande papel nesse mister.

O plano consideraria a grande vulnerabilidade estratégica representada pelo estado crítico da segurança pública. As Forças Armadas poderiam desempenhar papel mais significativo, se bem que coadjuvante aos órgãos de segurança pública, no combate aos ilícitos transnacionais (narcotráfico e contrabando de armas), sem prejuízo da sua missão essen-

¹⁴ Rolf Kuntz - Artigo "A frustração de Marcus Tavares" - Jornal *O Estado de S. Paulo*, 4/4/2002.

cial de defesa externa, visto que o problema da segurança pública já se tornou de segurança nacional e que o País não dispõe, ainda, de polícia de fronteira ou de guarda costeira. Essa maior participação serviria, inclusive, de argumento para se angariar maior apoio da opinião pública aos militares.

A propósito da relevância da segurança, o então Secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill afirmou, ao tratar de investimentos estrangeiros, que "*o Brasil paga juros altos porque o mercado recebe a corrupção, a insegurança e a falta de respeito à lei*". (grifo nosso)¹⁵

Outro ponto a destacar junto à sociedade é que a guerra contra o terrorismo envolve todo o mundo ocidental e que o Brasil, visando maior projeção no cenário internacional, precisa dispor de instrumento militar para atuar, se necessário, integrando uma força aliada, até mesmo em operações de imposição da paz.

Por tudo isso, precisamos contar com um poder militar compatível com a postura estratégica do País no cenário internacional, o que representa gastos e alocação de recursos orçamentários.

A questão Segurança Nacional, os militares e a sociedade

Os militares precisam assumir uma posição mais proativa quanto à segurança nacio-

nal, procurando compreender melhor as razões da ignorância ou desinteresse das elites e da sociedade em relação ao tema, procurando obter seu apoio com novos argumentos, a partir de medidas concretas de reestruturação do poder militar, sob nova concepção estratégica ajustada aos novos cenários.

A ESG poderia ter atuação significativa nesse sentido, disseminando uma cultura de defesa calcada num conceito ampliado de segurança nacional.

Cumprir destacar que, ao adotar um conceito ampliado de segurança e, em consequência, de defesa nacional - além da conotação militar -, o currículo do CAEPE (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) ficaria enriquecido, tornando-o, assim, mais atraente para outros segmentos da população.

A propósito, a recente transformação da Doutrina de Ação Política no Pensamento Estratégico da ESG, passando de um enfoque normativo já não mais aceito nos segmentos acadêmico e jornalístico, além de não mais necessário no atual momento histórico-nacional, para outro enfoque teórico mais consentâneo com o novo papel da ESG centrado no ambiente de defesa representa um significativo ponto de inflexão na evolução do pensamento da ESG e, por isso, deveria ser mais bem difundida. ☺

¹⁵ Paul O'Neill. Reportagem de Rolf Kuntz - Jornal *O Estado de S. Paulo* - 2/2/2002.